



CONFERÊNCIA MEGAPROJECTOS: POLÍTICAS E GOVERNAÇÃO

Realizou-se no dia 2 de Abril, a Conferência que teve como tema *geral Megaprojectos: Políticas e Governação*. O evento foi organizado pelo Centro de Integridade Pública (CIP), Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) e pelo Observatório do Meio Rural (OMR).

A Conferência teve uma elevada participação de cidadãos de várias organizações da sociedade civil, de instituições públicas e privadas, bem como de pessoas que, individualmente, estão directa ou indirectamente interessadas nos temas apresentados e debatidos. O evento teve uma cobertura mediática de acordo com a relevância e actualidade do assunto em debate. A Conferência decorreu em clima de análise e discussão abertas, plurais e de compreensão/aceitação pelas diferenças, num exercício democrático, o qual importa generalizar na sociedade moçambicana.

A organização do evento foi motivada pela constatação, em vários estudos já realizados pelas instituições organizadoras, de novas dinâmicas económicas, políticas e sociais, que implicam reconfigurações dos modelos de crescimento, nos padrões de acumulação, em ajustamentos das economias e sociedades locais e em novos sistemas de alianças políticas e económicas, sobre os quais importa analisar, alargar o debate, e disseminar o conhecimento existente e a aprofundar.

As opções de políticas acerca dos investimentos (sobre as políticas fiscais, jurídicas e de estruturação das burocracias) e a alocação económica, social e territorial dos recursos gerados, levantam questões fundamentais, com repercussões de longo prazo, como por exemplo: (1) no ajustamento de políticas económicas com as respectivas economias políticas e opções ideológicas; (2) no padrão de acumulação e de transformação estrutural da economia; (3) na formação de um tecido produtivo que estabeleça relações intersectoriais com uma base económica e social ampliada, geradora de valor acrescentado no país, criação de emprego e fonte de receitas do Estado e de divisas; (4) na produção de bens e serviços destinados ao mercado interno, sobretudo no quadro da soberania alimentar; (5) em efeitos sobre o ambiente e na sustentabilidade da exploração dos recursos; (6) na formação de burocracias mais tecnocratizadas ou representativas de interesses económicos e de instrumentalização, ou não, das instituições públicas (7) na reorganização das instituições, com efeitos sobre aspectos de natureza governativa e de transparência nos procedimentos administrativos e na tomada de decisões públicas; (8) na reconfiguração de alianças económicas e políticas do poder, face à entrada massiva do capital.

Foram apresentados os seguintes temas: (1) Política económica da abundância; (2) Megaprojectos e ligações industriais; (3) Reassentamentos e produção alimentar: o caso de Cateme, Moatize; (4) Há contradição entre a produção de tabaco e de alimentos?; (5) Implementação do EITI e desafios da prestação de contas no sector extractivo; (6) Governação e transparência do sector extractivo.

Das apresentações e debates, ressaltaram-se as seguintes preocupações. Primeiro, os investimentos em megaprojectos têm sido anunciados e realizados debaixo de elevadas expectativas ainda não concretizadas quanto ao desenvolvimento económico, aumento de receitas do Estado, geração de emprego (sobretudo indirecto) e benefícios sociais, principalmente nas comunidades habitantes nos espaços onde se implantam os investimentos. Existem sinais evidentes que necessitam ser estudados, acerca de efeitos negativos sobre o ambiente e a degradação de infra-estruturas de transportes, fenómenos migratórios, crescimento rápido de aglomerados populacionais sem a correspondente oferta de serviços e de bens públicos essenciais, e elevada inflação nos locais de exploração.

Segundo, constataram-se alterações fundamentais na política económica praticada, através de políticas orçamentais e monetárias expansivas com elevados riscos, considerando o crescente endividamento interno e externo do Estado, das empresas e das famílias. A sustentabilidade das dívidas foi uma preocupação referida, o que é agravado por elevadas expectativas de receitas orçamentais e de exportação já em atraso, assim como de subestimação dos riscos, com exemplos já acontecidos.

Terceiro, a Conferência confirmou, através da apresentação de estudos, a fraca capacidade do tecido empresarial em responder às demandas de prestação de serviços e de logística aos grandes investimentos, que exigem condições de garantias financeiras, de organização e capacidade de oferta estável, de qualidade e a preços competitivos. Constatou-se a existência de várias estratégias das empresas locais, na tentativa de obter vantagens concorrenciais. Verificou-se, a pouca ou nenhuma existência de incentivos diversos e de políticas públicas, que estimulem a iniciativa empresarial moçambicana para aproveitamento das oportunidades de negócios e a criação de *clusters*.

Quarto, os reassentamentos de populações devido à implantação de projectos mineiros têm causado efeitos sociais, sobre a produção alimentar e nas condições de vida. O reassentamento, sendo um fenómeno em si doloroso para as famílias reassentadas, tem acontecido com limitada participação das comunidades, não sendo respeitado o princípio da salvaguarda das condições de produção e de criação de rendimentos (valor, riscos e diversidade fontes de rendimento), acesso aos serviços, mercados e instituições, entre outros aspectos. Foram apresentadas também, boas práticas na implantação de grandes investimentos em culturas de exportação, que importa aprofundar e generalizar para o resto do país.

Quinto, a Conferência verificou existirem grandes margens para a melhoria da transparência nas decisões públicas acerca dos grandes investimentos. Os organizadores reconhecem que têm existido algumas melhorias e cuidados do governo e das empresas multinacionais, no que respeita às condições de reassentamento, da auscultação das comunidades, na transparência dos contratos, na formação de técnicos, entre outros aspectos. Porém, os passos em curso são lentos, e não é suficiente que existam melhorias qualitativas nos ordenamentos jurídicos. São necessários mecanismos e procedimentos regulares de comunicação e interacção entre os agentes económicos e sociais envolvidos nos megaprojectos, de forma a aproximar as leis às realidades, sendo para o efeito necessário que o Estado desempenhe eficazmente o papel de regulação e fiscalização competente, transparente e profissional.

Os organizadores consideraram de primeira importância assegurar, no futuro, o princípio de que as condições de vida, trabalho, produção e acesso aos serviços e mercados nos locais de reassentamento não sejam inferiores aos dos locais de origem das comunidades.

Os organizadores mantêm-se preocupados com a política económica expansiva actual, manifestamente assente em expectativas sobredimensionadas, riscos subestimados e com efeitos perigosos a sustentabilidade do crescimento e a estabilidade das famílias, devido aos perigos do (sobre)endividamento não sustentável. Sugere-se que a gestão das expectativas seja mais

cautelosa e, sobretudo, assente em estudos fundamentados e não politizados e que existam maiores cautelas acerca do endividamento público, interno e externo.

Os organizadores reafirmaram que o crescimento económico só tem sentido quando se repercute em benefícios para a maioria dos cidadãos, quando gera emprego, cria valor acrescentado centrado em padrões de acumulação predominantemente internos e de base social alargada, e está assente na estabilidade, sustentabilidade e modernização a longo prazo da economia e no progresso social. Os megaprojectos, ao fim de quase 15 anos, ainda não contribuíram para o combate contra a fome, nem para a melhoria das condições de vida das comunidades directamente envolvidas e da maioria dos moçambicanos. Porém, existe claramente a emergência de uma elite associada ao poder e aos negócios.

As três organizações (CIP, IESE e OMR), reafirmaram que continuarão a trabalhar para acompanhar a implantação dos grandes projectos, assim como todos os assuntos actuais e relevantes para a sociedade e economia moçambicana. As três organizações destacam a importância de trabalharem coordenadas entre si e com outras organizações da sociedade civil, com o governo e com o sector privado, para apoiar, de forma independente, competente e com base em estudos e evidências, a defesa de um desenvolvimento social cada vez mais justo, inclusivo e a construção de uma sociedade crescentemente mais democrática. Conscientes das diferenças de objectivos, lógicas, formas de actuação e diferenças políticas existentes, as três organizações pensam no entanto serem possíveis pontos de convergência para que os ideais apontados sejam conjuntamente desenvolvidos.